



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**DIRETORIA DE APOIO FUNCIONAL – DIAFU**

**RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL**

**2010**

**Oswaldo Trigueiro do Valle Filho**  
Procurador-Geral de Justiça

**Nelson Antônio Cavalcante Lemos**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**Paulo Barbosa de Almeida**  
Corregedor-Geral

**Bertrand de Araújo Asfora**  
Secretário-Geral

**Wellington dos Santos Sales**  
Diretor da DIAFU

**Edleuza Rodrigues Gomes da Silva**  
Chefe de Departamento da DCOPP

**Patricia Valeria Carneiro de Oliveira**  
Chefe de Departamento da DASTJ

**Lúcia de Fátima Lucena da Costa**  
Chefe de Departamento DBIB

**Fernando Ricardo Barbosa Lima**  
Assessor IV de Apoio Administrativo

## **Equipe de Apoio**

### **DCOPP**

**Carlos Francelino de Santana**  
**Carmem S. dos Santos Durier**  
**Giovani José Lira de Oliveira**  
**Aloysio Carneiro Junior**  
**Maria José Ismael Uchoã**  
**Ângela de Fátima Cruz Justino**

### **DJAST**

**Celiana Cavalcante Lopes Lira**  
**Francisco R. Alencar A. Pereira**  
**Keila de Assis Lima**  
**Kálida Jeica F. De Araújo**  
**Monique Caroline de S. Santos**  
**Rosa Karenina J. Maia Duarte**  
**Walter Regis Gomes**

### **DIBIB**

**Mércia L. P. de Albuquerque**  
**Valdiria H. de Vasconcelos**

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento, em atenção ao disposto no art. 1º, IV, n. 8, da Resolução 009/08 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça deste Parquet estadual, é apresentar relatório anual da Diretoria de Apoio Funcional, expondo o cumprimento de suas atribuições mediante apresentação de estatísticas dos Departamentos vinculados. Outrossim, exibir as principais atividades desenvolvidas por esta Diretoria durante o exercício de 2010. Por fim, aduzir aspectos relacionados à situação estrutural e funcional daqueles. Descrevendo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria.

Para cada um dos três Departamentos, após sumária sinopse de suas atribuições, abordamos o conteúdo deste relatório em cinco temas, a saber:

- 1 – Estatísticas
- 2 – Atividades Desenvolvidas
- 3 – Estrutura
- 4 – Maquinário
- 5 – Pessoal

Os dados apresentados demonstram que, apesar da carência de recursos, quer humano quer material, a DIAFU vem cumprido com sua missão institucional de levar ao Ministério Público da Paraíba e ao cidadão, um serviço de qualidade, aperfeiçoando sempre o predicado dos serviços que presta.

## SUMÁRIO

<u>1 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS E PARECERES.....</u>	<u>5</u>
<u>1.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO.....</u>	<u>5</u>
<u>1.2 ESTATÍSTICAS.....</u>	<u>6</u>
1.2.1 Demonstrativo total dos processos de 2º grau distribuídos.....	6
1.2.2 Procuradoria Geral de Justiça.....	10
1.2.3 Procuradorias de Justiça Cível.....	14
1.2.3.1 1ª Procuradoria de Justiça Cível.....	14
1.2.3.2 2ª Procuradoria de Justiça Cível.....	16
1.2.3.3 3ª Procuradoria de Justiça Cível.....	18
1.2.3.4 4ª Procuradoria de Justiça Cível.....	20
<u>1.3 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL.....</u>	<u>24</u>
<u>2 – DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA.....</u>	<u>29</u>
<u>2.2 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL.....</u>	<u>30</u>
<u>2.2 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO.....</u>	<u>31</u>
<u>3 – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA.....</u>	<u>32</u>
<u>3.1 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO.....</u>	<u>32</u>

## **1 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS E PARECERES**

### *1.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO*

**Tem como objetivo principal a tramitação dos processos de 2º grau e preparação das Pautas para as sessões no TJ/PB nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Câmaras Cíveis, Câmara Criminal e Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba.**

Operacionaliza suas atividades no controle e supervisão das tramitações processuais de 2º grau, através dos seguintes atos:

- Recebimento dos processos do 2º Grau pelo TJ/PB
- Distribuição dos Processos de 2º grau
- Encaminhamento aos Gabinetes dos Procuradores de Justiça
- Digitalização de pareceres
- Preparação de Pautas das sessões das Câmaras e Pleno do TJ-PB
- Devolução dos processos de 2º grau para o TJ/PB

## 1.2 ESTATÍSTICAS

### 1.2.1 Demonstrativo total dos processos de 2º grau distribuídos

PROCESSOS	2009	2010	Δ %
Distribuídos	16205	15165	-6,4%

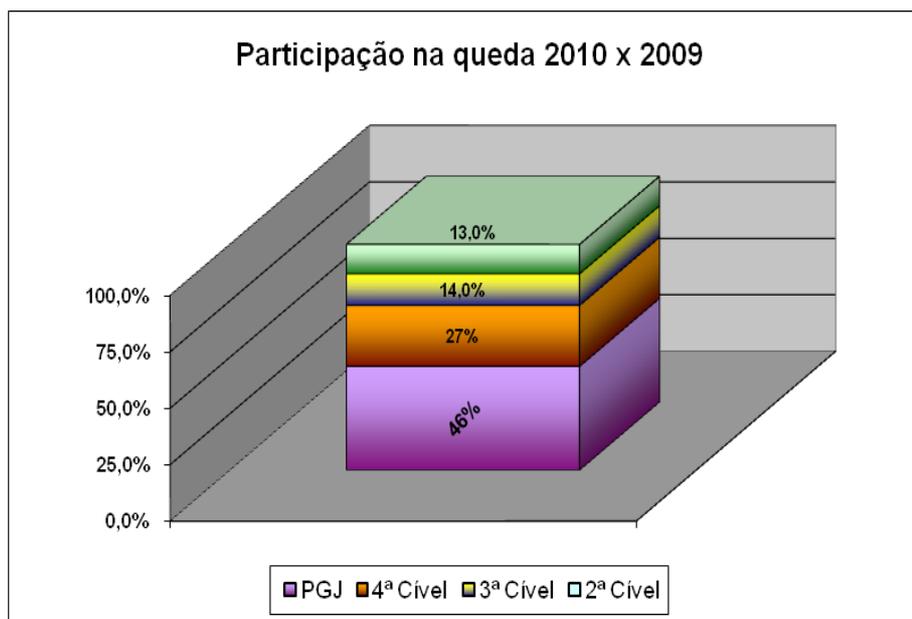
Uma mudança sem precedentes ocorreu no volume da atividade ministerial do MP/PB em 2009 e foi confirmado em 2010. O total de processos de 2º grau distribuídos no Parquet paraibano vem reduzindo ano a ano. O que ocorreu no ano passado e que o torna especial é o fato de que com a redução ocorrida em 2010 o total de processos de 2º grau distribuídos passou a níveis inferiores ao de 2006.

Os dados revelam que ocorreu uma redução de 6,4% no total de processos de 2º grau distribuídos em 2010 frente a 2009.

O gráfico abaixo mostra a movimentação processual no MP/PB nos últimos quatro anos e evidencia a queda dos processos distribuídos.

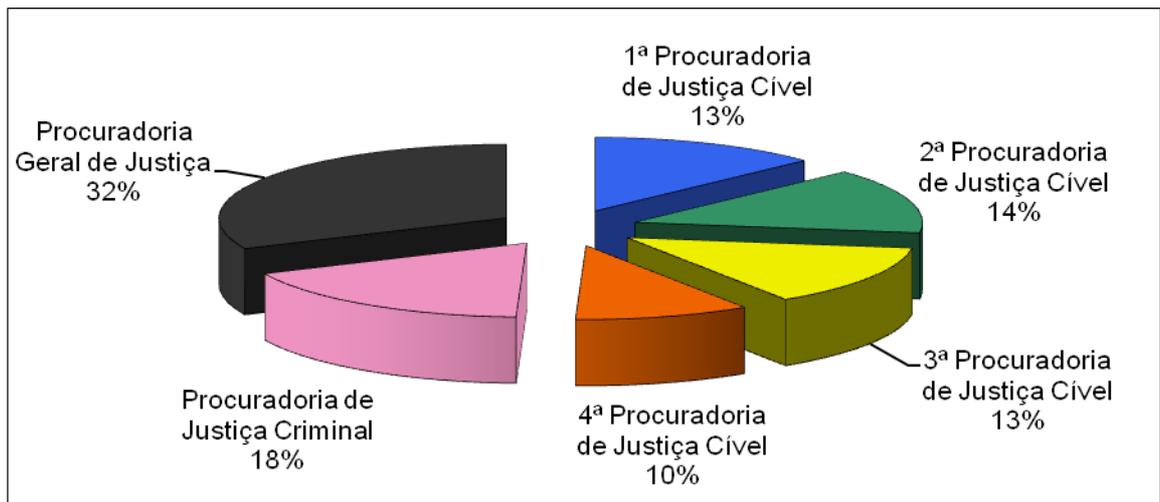


O gráfico a seguir, demonstra a participação de cada órgão na queda ocorrida do ano de 2010 quando em comparação com 2009.

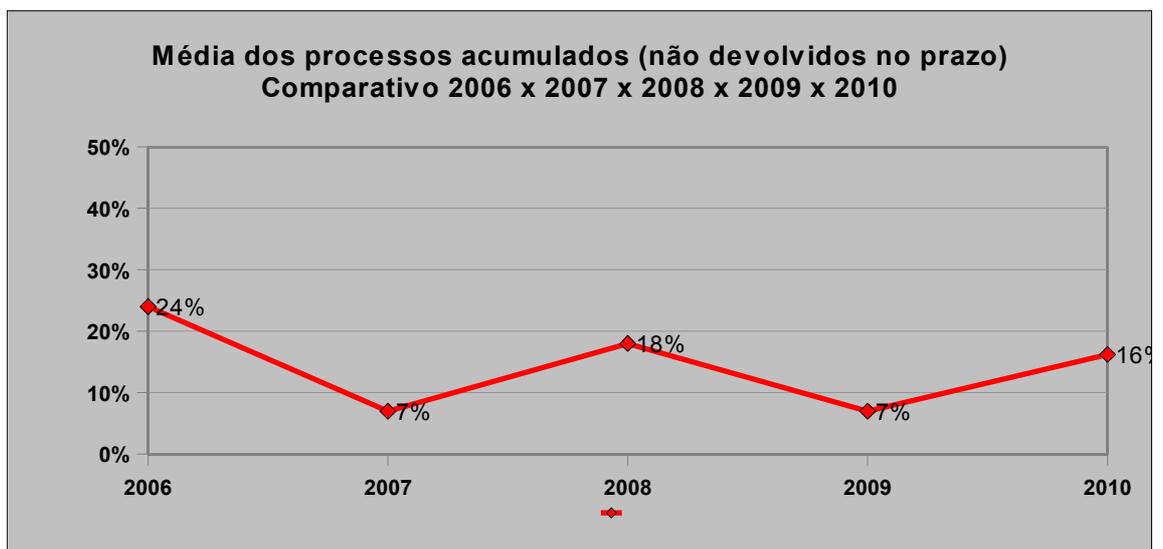


Com efeito, a queda produzida entre esses dois anos teve como fator preponderante a diminuição dos recursos ou processos originários que possuem foro de julgamento junto ao Tribunal Pleno do TJ-PB, campo de atuação específica da Procuradoria Geral de Justiça e suas Assessorias Técnicas Cíveis e Criminais, e C.C.I.A.I.F. Tal fato decorre, e muito, dos filtros hoje utilizados pelos Tribunais Superiores, como a súmula vinculante e o instituto da repercussão geral, mas somente uma análise mais apurada é capaz de dizer se a queda abrupta ocorreu mais na classe de processos denominados de Recurso Especial e Recurso Extraordinário. A questão é saber se haverá estabilização ou há outro motivo não aparente.

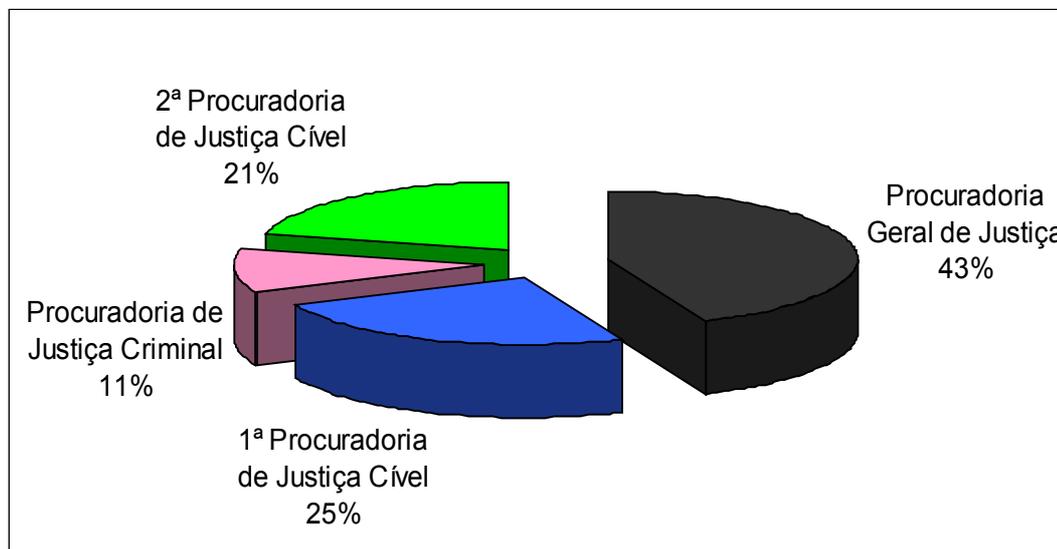
O quadro abaixo revela a participação de cada procuradoria no quantitativo total dos processos distribuídos em 2010.



O próximo gráfico traz a redução ocorrida na média dos processos acumulados, i.e., aqueles não devolvidos no prazo, levando-se em conta todas as procuradorias de justiça, nos últimos cinco anos.



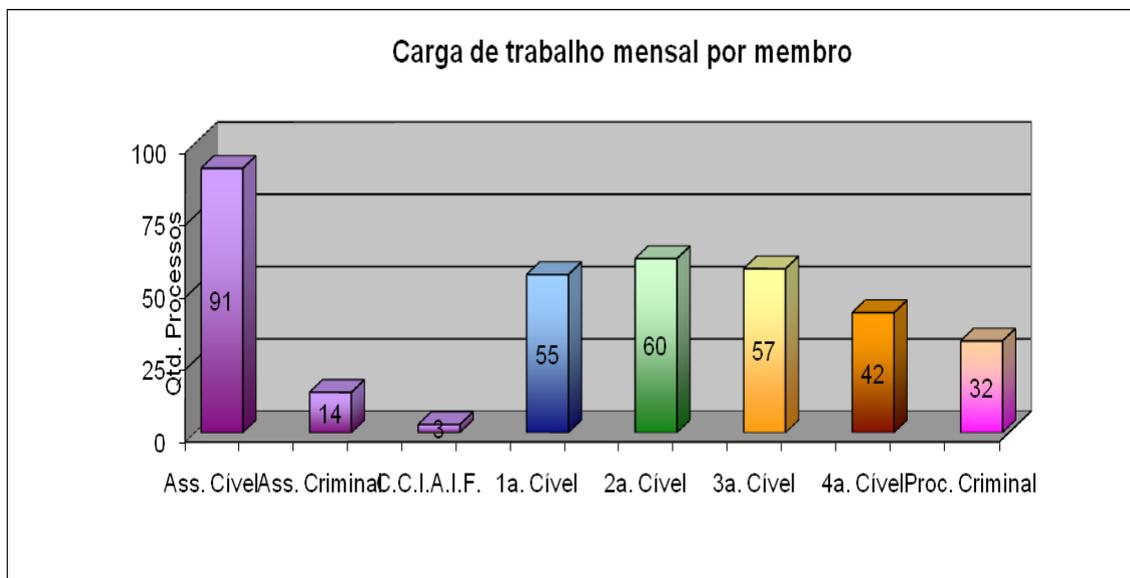
A participação de cada Procuradoria nos processos acumulados em 2010 fica demonstrada no gráfico abaixo.



Comparando-se o gráfico acima com o primeiro gráfico pizza, que apresenta o percentual de cada Procuradoria nos processos distribuídos é possível verificar aspectos importantes. Dentre eles podemos citar que apesar de possuir uma participação nos processos distribuídos de apenas 12%, a 1ª Procuradoria de Justiça Cível é responsável por 25% dos processos não devolvidos no prazo. O mesmo se pode dizer da 2ª Procuradoria de Justiça Cível e da Procuradoria Geral de Justiça, respectivamente, 14% e 33% de participação na distribuição. A Procuradoria de Justiça Criminal, por sua vez, possui uma participação nos processos acumulados menor que sua participação na distribuição (16%)

As 3ª e 4ª Procuradorias de Justiça Cível, a seu turno, em nada contribuem na acumulação de processos no MP/PB.

O gráfico a seguir apresenta e compara, simultaneamente, a carga de trabalho mensal por membro com relação aos processos de 2º grau. O cálculo, simples, é feito dividindo-se a média de processos distribuídos mensalmente para assessoria, comissão e gabinete, para então dividi-lo pelo número de membros atuantes naquele órgão.



O comparativo apresentando pelo gráfico demonstra uma carga muito maior de trabalho para os Assessores Técnicos do Procurador-Geral de Justiça com atuação na assessoria cível. Máxime considerando que cada Assessor Técnico só pode contar com o auxílio de um técnico de promotoria – assistência judiciária, quando em cada Gabinete de Procurador de Justiça existem três cargos comissionados destinados a pessoas com formação superior em direito para prestar assessoria.

### 1.2.2 Procuradoria Geral de Justiça

Os processos de 2º grau distribuídos para a PGJ podem ir para três setores: para a assessoria técnica cível, a assessoria técnica criminal ou a C.C.I.A.I.F. O quadro abaixo demonstra como se deu a referida distribuição, em termos de quantitativos, para a PGJ.

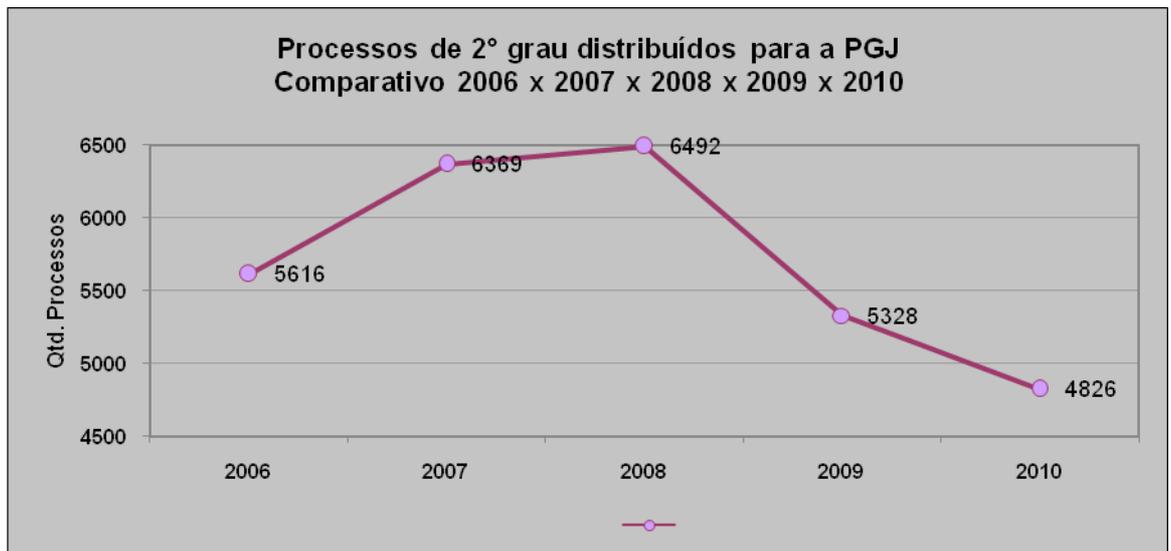
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	2009	2010	Δ %
<b>Assessoria Técnica Cível</b>	4163	4390	5,4%
<b>Assessoria Técnica Criminal</b>	299	335	12%
<b>C.C.I.A.I.F.</b>	866	101	-88,3%
<b>TOTAL</b>	5328	4826	-9,42%

O quadro evidencia uma redução nos processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria Geral de Justiça no ano de 2010 quando em comparação com 2009.

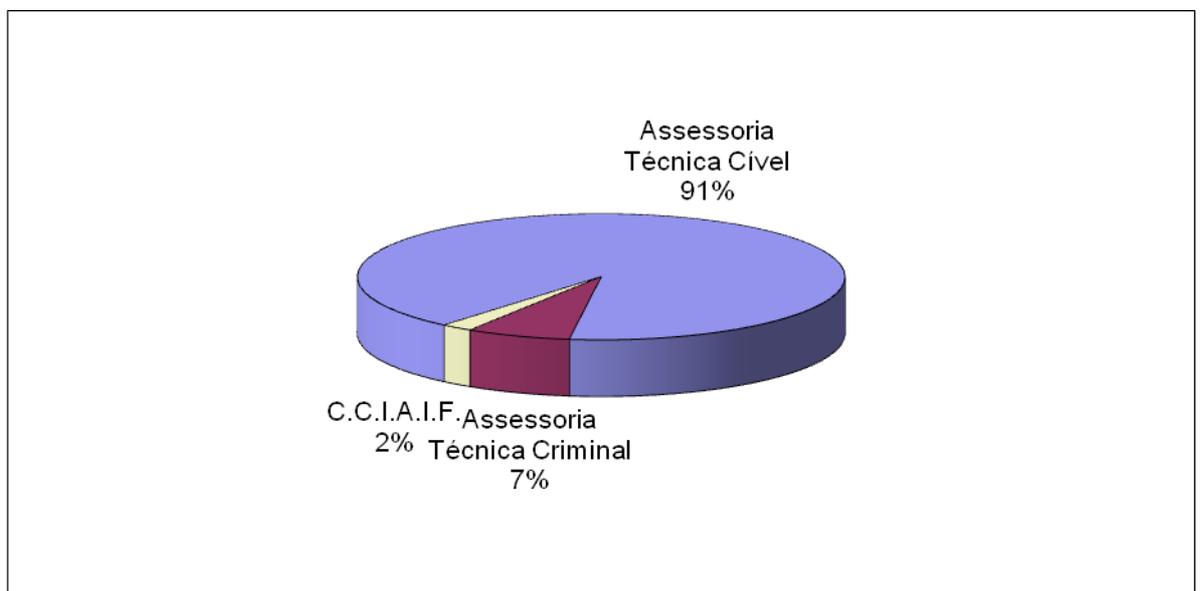
Verifica-se que a queda foi muito significativa, alcançando um índice de 9,42%, trazendo-o para níveis menores que o de três anos atrás. As maiores quedas ocorreram na C.C.I.A.I.F.

É possível que tal fato tenha se dado principalmente devido aos filtros do STF e STJ, que ocasionou uma queda na demanda recursal para estes tribunais superiores.

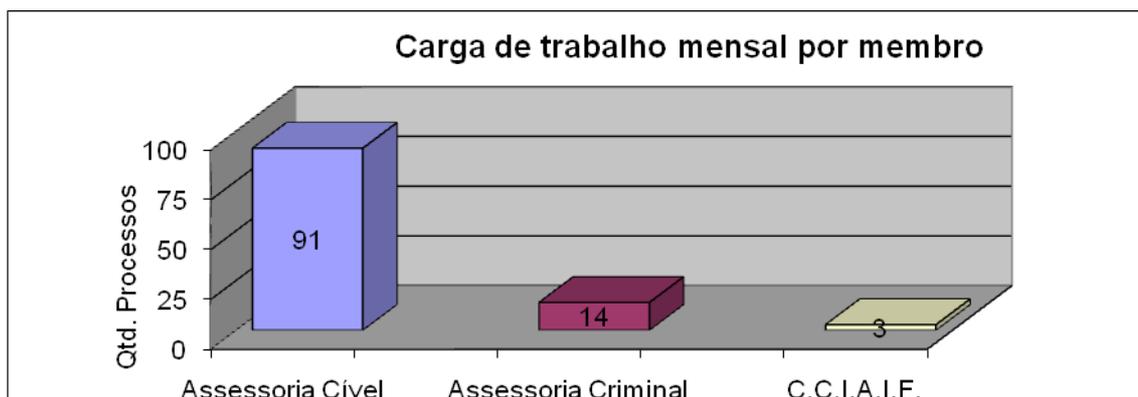
O gráfico abaixo traz a evolução dos processos distribuídos na PGJ desde 2006.



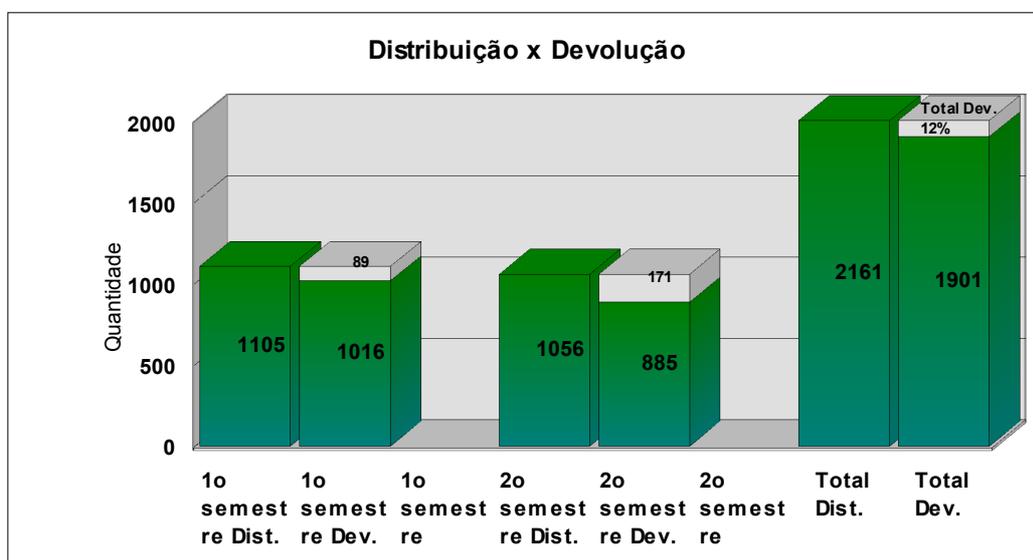
A participação de cada Assessoria e Comissão no total de processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria Geral de Justiça fica demonstrada no gráfico abaixo.



A disparidade da assessoria técnica cível com relação aos demais órgãos da Procuradoria Geral de Justiça fica também evidenciado no gráfico que apresenta a carga de trabalho mensal por membro atuante no órgão, abaixo apresentado.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acumulo de processos entre os anos de 2006 e 2010.



### 1.2.3 Procuradorias de Justiça Cível

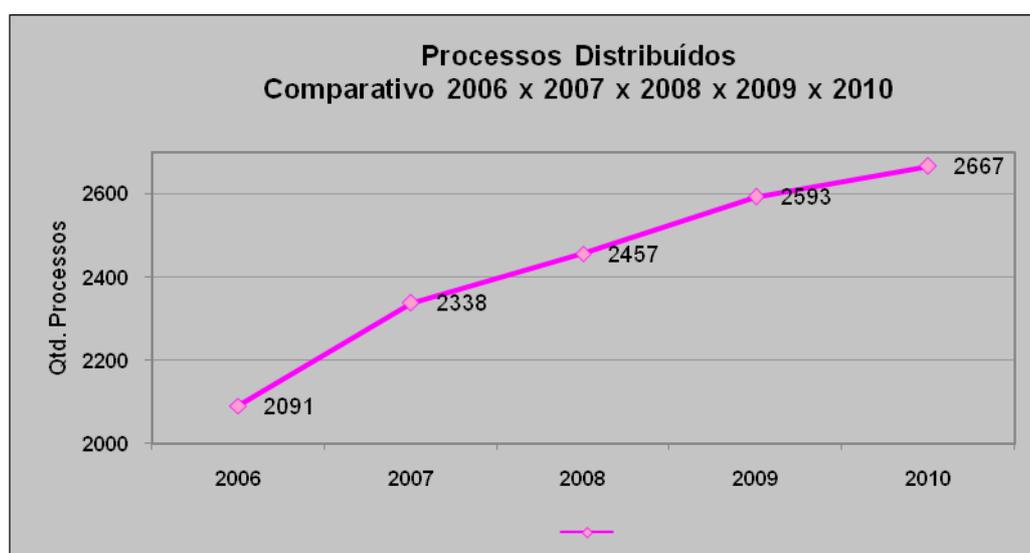
São quatro as Procuradorias de Justiça Cível, cada qual composta por três procuradores de justiça.

#### 1.2.3.1 1ª Procuradoria de Justiça Cível

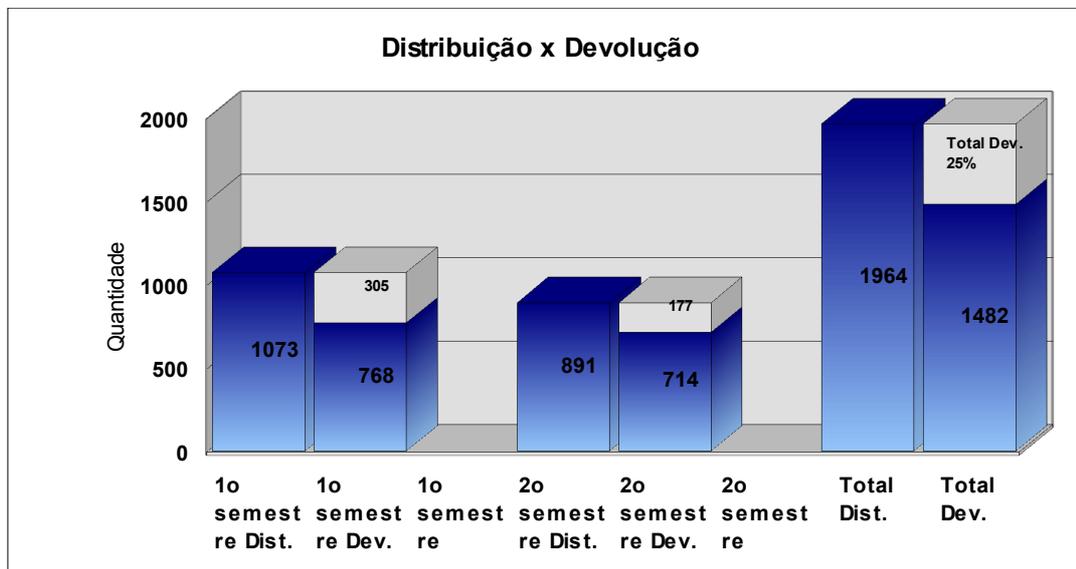
PROCESSOS	2009	2010	Δ %
Distribuídos	1911	1969	3,03%

Os processos de 2º grau distribuídos, em 2010, para a 1ª Procuradoria de Justiça Cível teve um acréscimo frente ao ano de 2009.

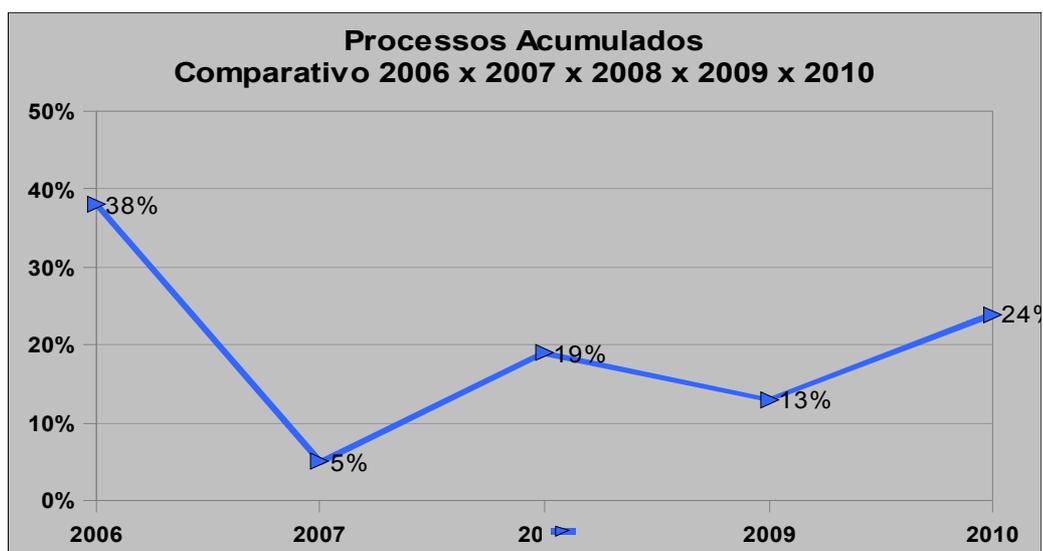
O próximo gráfico revela a linha ascendente por que passa a distribuição dos processos para a 1ª Procuradoria de Justiça Cível. Com efeito, o gráfico evidencia que o aumento no número de processos distribuídos ocorre, continuamente, desde 2006.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2010.

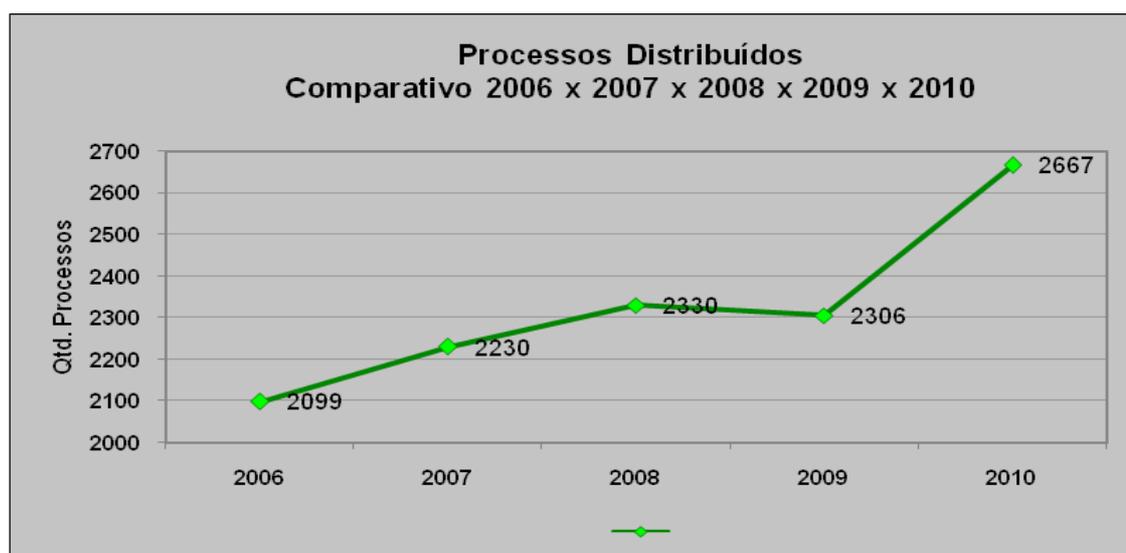


### 1.2.3.2 2ª Procuradoria de Justiça Cível

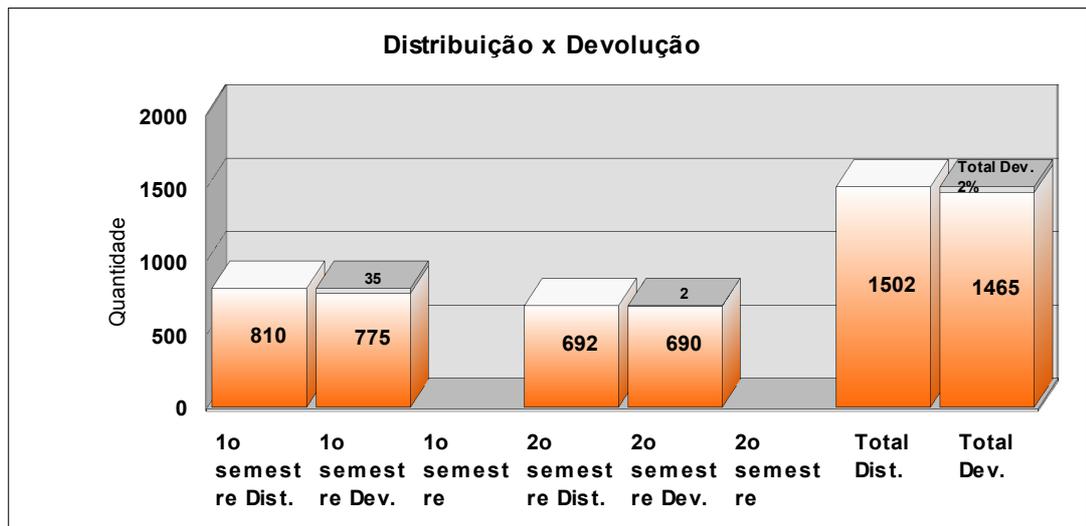
PROCESSOS	2009	2010	Δ %
Distribuídos	2306	2168	-5,98%

Os processos de 2º grau distribuídos, em 2010, para a 2ª Procuradoria de Justiça Cível teve um declínio frente ao ano de 2009. Os dados apontam uma redução no aporte de 5,98%.

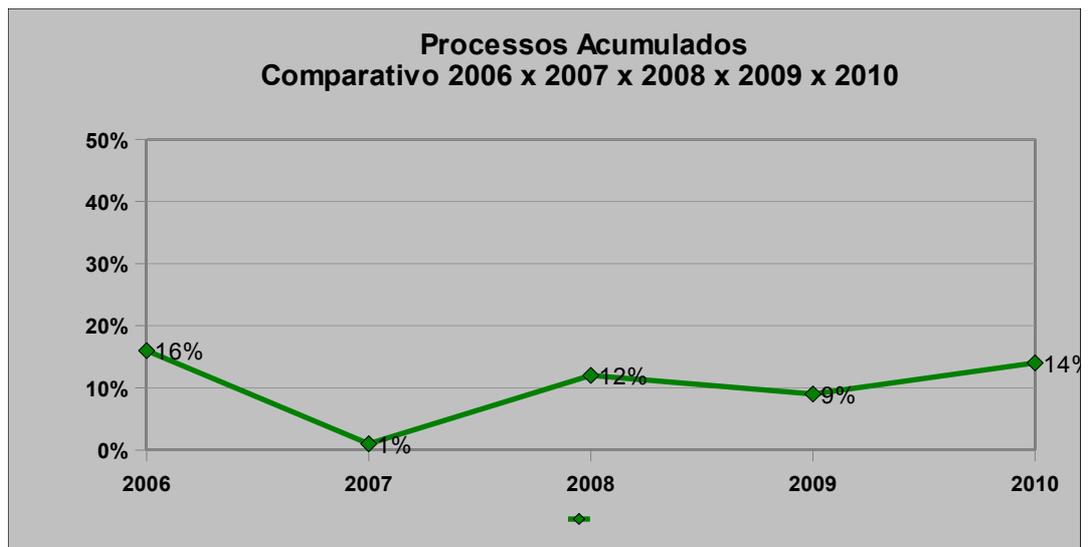
O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 2ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2010. Diferentemente do que ocorre com a 1ª Procuradoria de Justiça Cível – um contínuo decréscimo na distribuição, na 2ª Procuradoria, com essa queda na distribuição ocorrida no ano de 2010 operou-se um rompimento com um intermitente crescimento observado ao longo dos anos.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2010.

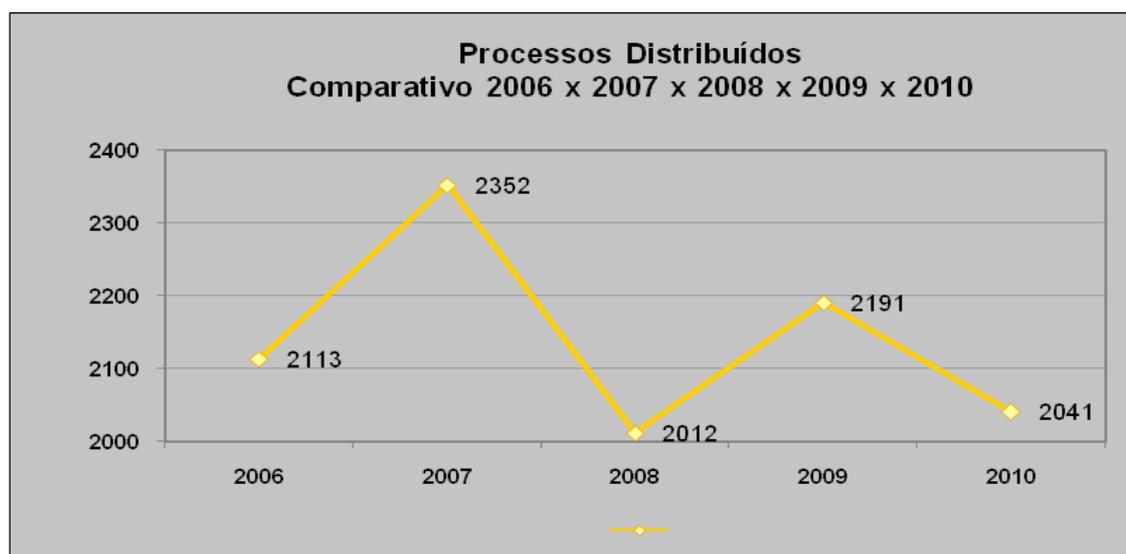


### 1.2.3.3 3ª Procuradoria de Justiça Cível

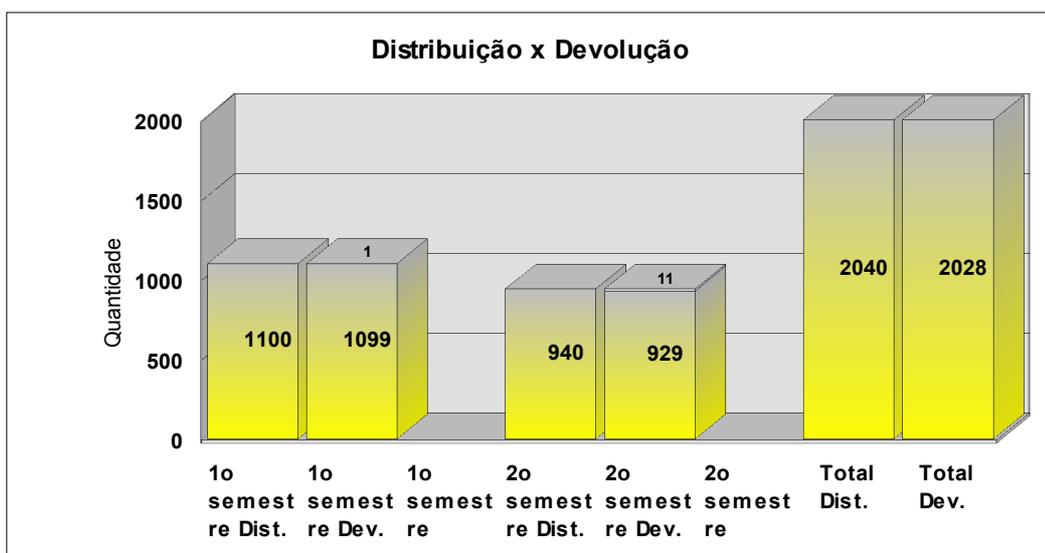
PROCESSOS	2009	2010	Δ %
Distribuídos	2191	2041	-6,84%

A 3ª Procuradoria de Justiça Cível dentre as Procuradorias de Justiça Cível teve um decréscimo no quantitativo na distribuição de processos de 2º grau. Os dados apontam uma diminuição da ordem de quase 6,84%.

O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 3ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2010.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2010. O gráfico evidencia o esforço da Procuradoria em devolver todos os processos distribuídos dentro do prazo regulamentar.

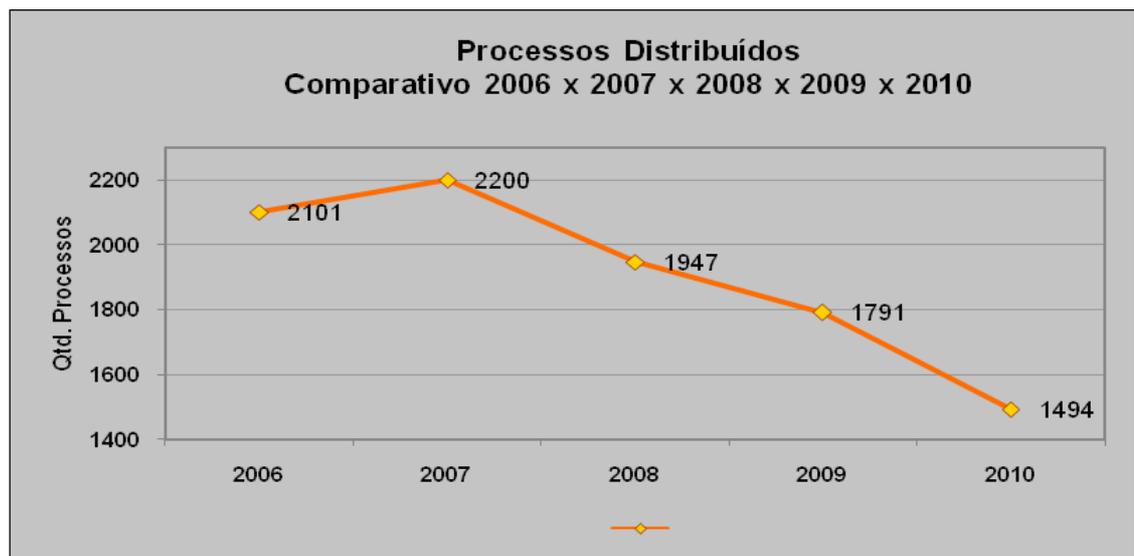


#### 1.2.3.4 4ª Procuradoria de Justiça Cível

PROCESSOS	2009	2010	Δ %
Distribuídos	1791	1494	-16,58%

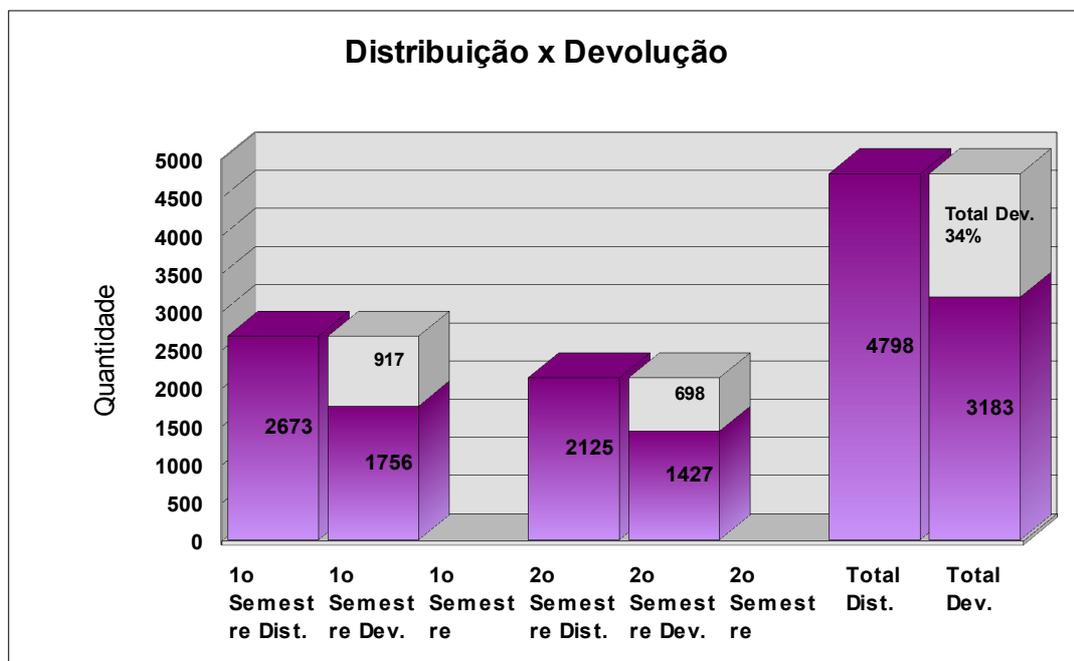
Os processos de 2º grau distribuídos, em 2010, para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível também teve um declínio frente ao ano de 2009. Os dados apontam uma redução no aporte de 16,58%.

O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2010.



O gráfico acima revela a linha descendente por que passa a distribuição dos processos para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível. Com efeito, o gráfico evidencia que a queda no número de processos distribuídos ocorre, continuamente, desde 2007.

O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2010. O gráfico evidencia o esforço da Procuradoria em devolver todos os processos distribuídos dentro do prazo regulamentar.

#### 1.2.3.5 Procuradorias de Justiça Criminal.

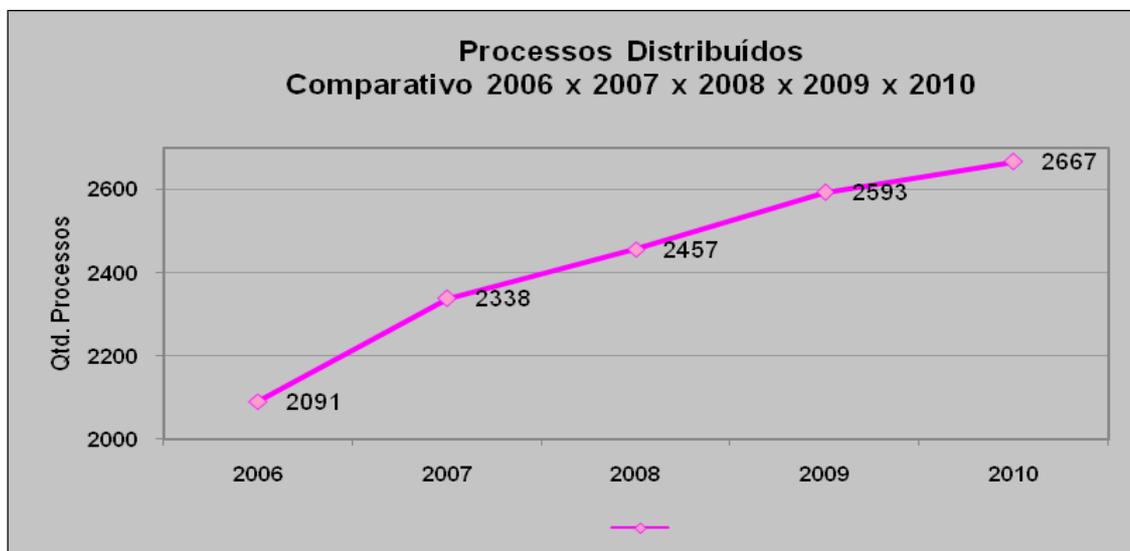
PROCESSOS	2009	2010	Δ %
<b>Distribuídos</b>	2593	2667	2,85%

A Procuradoria Criminal, diferentemente do que ocorre nas Procuradorias de Justiça Cível, é composta por sete Procuradores de Justiça.

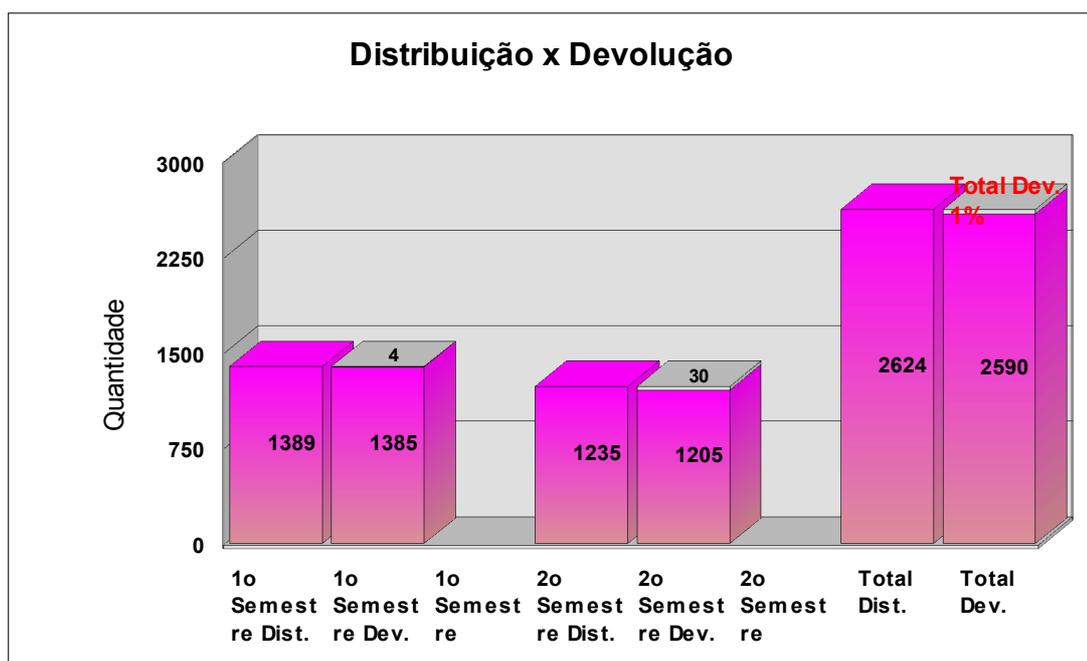
A Procuradoria de Justiça Criminal, juntamente com a 1ª Procuradoria de Justiça Cível foram as únicas a obter um acréscimo no quantitativo na distribuição de processos de 2º grau. Os dados apontam um aumento da ordem 2,85%

para a Procuradoria de Justiça Criminal.

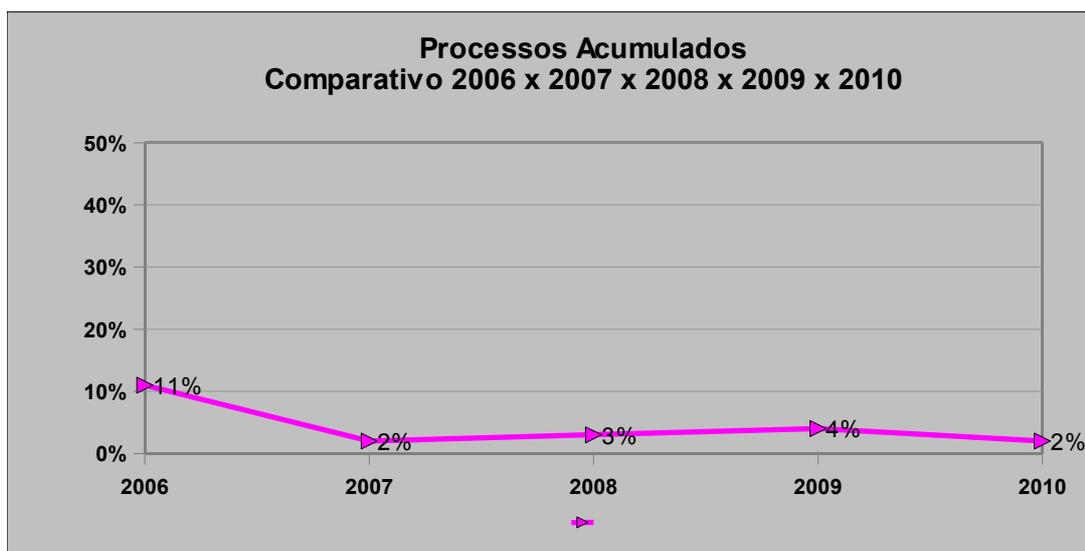
O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria de Justiça Criminal nos anos de 2006 a 2010.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2010.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 a 2010, e evidencia que juntamente com o acréscimo na distribuição de processos que vêm ocorrendo, intermitentemente, ao longo dos anos, exsurge um menor percentual na quantidade de processos não devolvidos no prazo.



### 1.3 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL

O objetivo deste tópico é apresentar a situação estrutural e funcional do Departamento de Controle de Processos e Pareceres - DCOPP. Expondo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria. O conteúdo está dividido em três temas, a saber:

- 1 – Estrutura
- 2 – Maquinário
- 3 – Pessoal

## 1 – ESTRUTURA

A DCOPP ocupa 2/3 do 2º andar do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça. É preciso enfatizar que até o início da gestão do Exmo. Procurador Geral de Justiça, Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, o Departamento, com seus outrora onze servidores, ocupava tão somente uma pequena sala.

Não bastante possuir 09(nove) servidores, o departamento ainda é local onde, diariamente, transitam assessores de gabinete dos Exmos Procuradores de Justiça, servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, encarregados de trazer os processos oriundos do referido Órgão, Promotores, advogados e cidadãos que aqui se dirigem para obter informação processual. Processos, que vale ressaltar, perfizeram um total de 1.500 (um mil e quinhentos processos) no mês de Dezembro de 2010, alguns com até 15 volumes. Estes, após serem distribuídos aos Gabinetes, retornam ao Departamento para, só então, serem devolvidos ao Tribunal de Justiça. O que demonstra um trânsito intenso de pessoas e papéis.

Nas cinco salas que ocupa a DCOPP possui cinco armários de duas portas e oito estantes em aço com quatro prateleiras cada, onde se armazenam os processos, pautas de Sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça, pareceres emitidos pelos Exmos. Procuradores e Procurador Geral de Justiça, e material de expediente.

O DCOPP também possui duas mesas redondas de madeira. Nelas os processos são divididos conforme a situação de tramitação em que se encontram, quais sejam: para carimbos de recebimento, cadastro no Sistema Arquimedes, distribuição, assinatura de revisão da Chefia de Departamento, recebidos dos gabinetes, conferência de pareceres e baixa nas pastas, aguardando digitalização, e retorno ao Tribunal de Justiça.

Ainda existem seis 'ilhas' de trabalho, onde ficam os servidores responsáveis pelo manuseio do sistema Arquimedes – cadastro e distribuição dos processos de 2º grau.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Equipamento de informática
---	----------------------------

## **2 – MAQUINÁRIO**

A DCOPP possui seis computadores, assim distribuídos: um para a Diretoria, um para, Chefia de Departamento, outro para a assessoria administrativa e 03 para digitalização de processos, assessores dos gabinetes dos Procuradores de Justiça e pessoal de apoio.

Pelo número vê-se, de pronto, que é insuficiente para atender com satisfação ao Departamento, senão vejamos: quatro são as procuradorias cíveis, uma a criminal, e toda procuradoria geral de Justiça, que dividi-se em Pleno Cível e Pleno Criminal. Na DCOPP contamos seis pessoas, sendo 03(três) trabalhando diretamente com computador o tempo todo, seja para cadastrar, criar guias de envio para os gabinetes, TJ-PB, efetivar guias dentre outras atribuições como pesquisar pareceres para elaboração das Pautas das sessões de julgamento das Câmaras Cíveis, Criminal e Pleno do TJ-PB – ao todo são seis sessões por semana, com uma média de 50 pareceres cada, onde hoje temos um servidor sem maquina para cadastrar, distribuir, recepcionar e devolver os processos ao Tribunal de Justiça, onde desta forma o mesmo contribuiria para que os outros servidores não ficassem tão sobrecarregados.

O setor possui 05(cinco) ar-condicionados para conferir ventilação e refrigeração, o que faz com satisfatoriedade, haja visto que são todos novos.

O setor possui, na atualidade, apenas uma impressora Laser, o que resulta em grande inconveniente. Ocorre que a impressora é utilizada à exaustão, seja para impressão dos pareceres, dos Exmos. Procuradores de Justiça e Procurador Geral de Justiça, utilizados nas sessões das quatro Câmaras Cíveis, Câmara Criminal e Pleno do Tribunal de Justiça, quanto confecção de guias para tramitação dos processos - lembrando que ocorrem seis sessões por semana, e em cada há uma média de 50 pareceres (mínimo de 03 laudas), e que tramitaram, apenas no Departamento de Controle de Processos e Pareceres, no mês de Setembro desse ano, 1.501 processos de 2º grau, exigindo um número elevado de guias, seja para envio destes aos Gabinetes dos Exmos. Procuradores de Justiça, quanto para a devolução ao Tribunal de Justiça.

Não bastasse essa sobrecarga de trabalho a uma só impressora, vale ressaltar o programa de reutilização de papel instituído por essa Chefia. Criado com o objetivo de servi-se novamente dos papéis impressos com pareceres para utilização nas sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça. Tal comportamento resultou, instantaneamente, na redução de mais de 1/3 dos papéis utilizados no Departamento. É de se dizer que a eficiência do programa só não é maior, justamente, pela ausência de outra impressora, dedicada exclusivamente a essa reutilização, tendo os servidores

do setor que retirar e colocar papéis em branco ou reutilizáveis conforme a necessidade, o que depende tempo, paciência e carece, no mínimo, de praticidade.

Outro ponto importante e crucial no Departamento diz respeito a máquina de *scanner*. Em número de 01(uma), é responsável por digitalizar todos os pareceres emitidos pelos exmos Procuradores de Justiça nos processos de 2º grau, o que por si só realça a demanda a que são submetidas. *Verbi gratia*, em Setembro foram distribuídos para os Gabinetes dos Procuradores de Justiça, Assessores Técnicos do Procurador Geral de Justiça e C.C.I.A.I.F, um total de 1.501 processos de 2º grau, o que representa, conseqüentemente, 1.501 pareceres emitidos – e todos são digitalizados.

Ocorre que, o *scanner* pertencente a este Departamento é muito lenta. É praticamente impossível digitalizar um parecer (que pode possuir de 3 a 15 laudas) em tempo razoável. Tendo-se em conta que os processos só saem do Departamento para retornarem ao Tribunal de Justiça após a digitalização dos pareceres, a lentidão do equipamento só tem ocasionado demora no envio, e levando-se em consideração a existência de *scanner* mais modernos, como os presentes na Corregedoria e Informática – onde a demanda é inequivocamente menor, entendemos que em atenção ao bom funcionamento do Setor, principalmente considerando essa atribuição estratégica, é de interesse público a aquisição de outro mais moderno e condizente com a demanda e importância do serviço prestado aos exmos Procuradores e Procurador Geral de Justiça, no que se refere as suas atribuições funcionais junto aos processos de 2º grau oriundos do Tribunal de Justiça, para que não ocorra nenhuma espécie de constrangimento, considerando os prazos processuais.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Aquisição de mais 04(quatro) computadores.
2	Aquisição de mais uma impressora Laser de médio porte.
3	Aquisição de uma impressora colorida
4	Substituição dos <i>Scanner</i> por outros mais modernos.

### **3 – PESSOAL**

A DCOPP possui 06(seis) servidores de apoio, assim distribuídos: 03(três) servidores no cadastro e distribuição dos processos de 2º grau que aportam a essa Procuradoria Geral de Justiça; 01(um) servidor no transporte daqueles aos gabinetes

dos Procuradores de Justiça, Assessoria Técnica do Procurador Geral de Justiça e C.C.I.A.I.F, no retorno ao Departamento, e posteriormente para o Tribunal de Justiça; 01(um) servidor no apoio para distribuição e confecção de pautas físicas, 01(um) servidor responsável pela digitalização de pareceres.

Levando-se em consideração que são 04(quatro) Procuradorias Cíveis, 01(uma) Criminal e ainda a Procuradoria Geral de Justiça, perfazendo um total de 19(dezenove) Procuradores de Justiça, 06(seis) Assessores Técnicos e 01(uma) Comissão (C.C.I.A.I.F), e mais de 16.000 processos para apenas 03(três) pessoas cadastrarem, distribuírem, criarem guias de tramitação, carimbos, etc., entendemos que conferiria segurança e equidade no serviço a presença de um servidor por Procuradoria, e dois na Procuradoria Geral (por possuir um volume maior). Sobreleva essa consideração o fato de que sendo apenas 03(três) os servidores responsáveis por tal atribuição, em saindo um de férias ou apresentando atestado médico, rotina comum em qualquer ambiente de trabalho, o volume mensal recai sobre apenas 02(dois) funcionário!

O mesmo se diga com relação às férias do único servidor responsável pela digitalização. São digitalizadas, por mês, mais de 5500 laudas de pareceres. Idem para o servidor encarregado no transporte de processos, nas férias deste, fica o setor desprovido e sem condições de cumprir com tal obrigação, ou seja, pelo tramite de mais de 1500 processos de 2º grau (muitos com mais de três volumes), ida e volta dos gabinetes, assessoria e retorno ao tribunal, o que faz esse número triplicar na prática.

O número reduzido de servidores no setor é um problema operacional e pode trazer transtornos consideráveis. E mais, acrescente-se a isso o fato de que com o início da atual gestão o Departamento teve o decréscimo de 03(três) servidores nos seus quadros. O que já era demasiadamente penoso, tornou-se preocupante.

Entendemos essa é a conjuntura mais crucial do setor, e portanto merece atenção especial.

Sobreleva esse problema o fato de que o Setor tem suas atribuições muito ligadas aos do Tribunal de Justiça. Explica-se, no TJ-PB o setor de distribuição de processos trabalha os dois períodos, justamente porque a demanda é imensa.

A necessidade de aperfeiçoamento dos servidores do Departamento é outra situação a se considerar, haja vista que a crescente informatização no manuseio dos processos é algo real e iminente. Com efeito, a previsão é de que dentro em breve tal manuseio nos processos de 2º grau se dê todo virtualmente, como já ocorre nos Juizados Especiais.

A digitalização dos processos e seu armazenamento em servidores virtuais, o manuseio do Sistema de distribuição de processos – Arquimedes, e a disponibilidade de consulta *on line* do tramite dos processos de 2º grau no âmbito deste *Parquet* estadual, são alguns dos claros sinais do processo de modernização do setor.

Fica claro que com essa carência de servidores, fica o Diretor e a chefe de Departamento na incumbência de cadastrar, distribuir, receber os processos oriundos dos gabinetes e Tribunal de Justiça, sendo este um dos motivos que ocasionou o atraso na confecção deste relatório, onde o mesmo está sendo entregue nesta data.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Acréscimo no número de servidores, em pelo menos mais três.
2	Curso de aperfeiçoamento dos servidores, principalmente em cursos de informática

## **2 – DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA**

### *2.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO*

Tem como objetivo principal a tramitação e a distribuição dos processos Administrativos e Para-Jurídicos.

#### **Processos Administrativos**

Os processos administrativos são originados através de solicitações dos membros e servidores, ou através de encaminhamentos de outras Diretorias; dando-lhes suporte, técnico jurídicos nas suas tramitações.

A Chefia de departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, operacionaliza suas atividades em procedimentos administrativos realizados na ASSECOM, através de folhas de Requerimento.

São feitas as seguintes solicitações:

Aposentadoria

Isenção de previdência

Anotação e averbação de tempo de serviço

Incorporação

Retificação de gratificação

Pagamento de gratificação

Adicional noturno e insalubridade

Diárias

Férias

Concessão de licença-prêmio e conversão

Ascensão funcional

Análise de contratos administrativos

Convênios e parcerias da Procuradoria Geral de Justiça com outros órgãos.

Aposentadorias e outras solicitações relacionadas a procedimentos administrativos.

## Processos Para-Jurídicos

Através de solicitações, encaminhamentos do Tribunal de Contas da Paraíba, IBAMA, TRT's, Procuradoria Geral do Estado, Comarcas e órgãos afins; os processos Para-Jurídicos são originados numa ação diretamente ligada ao Subprocurador-Geral .

Por determinação do Subprocurador-Geral e cumprindo determinação dos seus despachos; através de Ofício e AR's; a Chefia de departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, encaminha os processos Para-Jurídicos, para a ASSECOM (Assessoria de Expediente e Comunicação ) com discriminação dos locais e órgãos a serem encaminhados.

## *2.2 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL*

O objetivo deste tópico é apresentar a situação estrutural e funcional do Departamento de Controle de Processos e Pareceres - DCOPP. Expondo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria. O conteúdo está dividido em três temas, a saber:

- 1 – Estrutura
- 2 – Maquinário
- 3 – Pessoal

### **1 – ESTRUTURA**

No que se refere ao espaço físico, e por se tratar de uma Departamento de Apoio Técnico Operacional aos trâmites dos Processos Administrativos e Para-jurídicos, contando atualmente com nove servidores - sete assessores jurídicos, um servidor e a chefe do Departamento – além de receber os assessores técnicos do Procurador-Geral de Justiça deste Parquet, vale ressaltar que o ambiente ocupado pelo Departamento estar adequado para o exercício de suas atribuições, máxime considerando que o desempenho é de cunho técnico, qual seja, a auxílio na confecção dos pareceres após análise dos processos oriundos do tribunal pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba. Sendo hoje totalmente compatível a presença de todos ao mesmo

tempo nas dependências do Departamento.

### **3 – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA**

A Biblioteca do Ministério Público Proc. Dr. Hugo Rodrigues dos Santos é especializada na área jurídica, seu acervo é praticamente 90% da área jurídica. Atualmente seu acervo encontra-se com 80% informatizado, ou seja, os serviços de processo técnico, a catalogação e o empréstimo.

O acesso à biblioteca é feito através de circulação pelas estantes, a consulta é feita no computador ou em catálogos de autor, título e assunto. O empréstimo domiciliar só pode ser feito por membros e servidores do MP, além de alunos da FESMIP, no prazo de 10(dez) dias, conforme regimento interno de empréstimo da biblioteca do MP. A consulta local de todo o acervo está aberta aos membros e servidores do MP, além de alunos da FESMIP cadastrados na Biblioteca e visitantes em geral. O empréstimo de livros poderá ser renovado, quando não houver reserva anterior.

O que chama a atenção, é a localização da mesma, motivo pelo qual sentimos que há dificuldades em se fazer pesquisas urgentes, uma vez que a mesma encontra-se alojada em um prédio fora das dependências do Ministério Público, ficando a aproximadamente em torno de 5 KM da sede principal.

